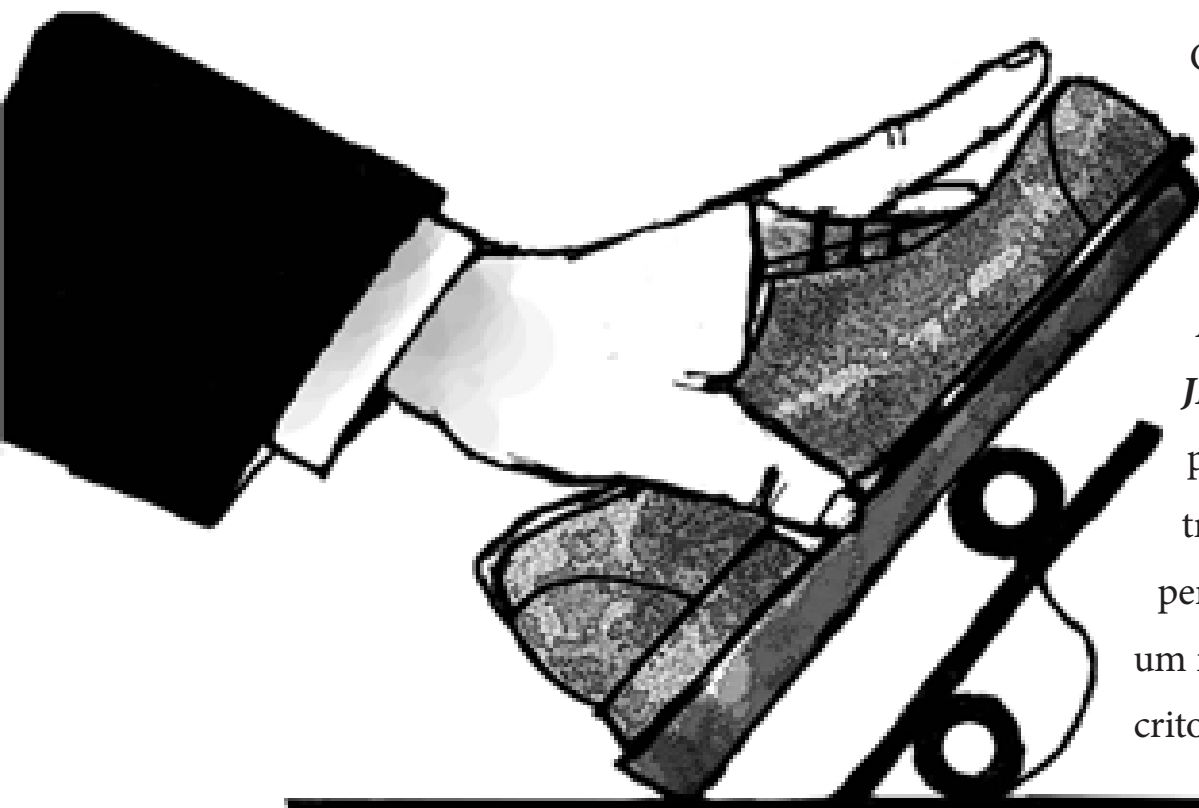


O PAC se mantém no curto prazo



O PAC, lançado pelo governo Lula, ainda está longe de alcançar seu objetivo. Na verdade, como observa o presidente do Corecon-RJ, João Paulo de Almeida Magalhães, em entrevista ao *JE*, o Programa ainda é refém do curto prazo, dispondo-se a cuidar da infraestrutura, onde predominam ações que são permissivas, mas não determinantes de um novo modelo econômico. Em artigo escrito especialmente para o *JE*, João Sicsú, da

UFRJ, observa que o PAC representa uma mudança de concepção

do Governo Lula, "uma nova forma de pensar a relação entre o Estado e o mercado". Nesta edição, o *JE* discute o PAC, a partir dos pontos de vista dos dois economistas. **Pags. 3 e 8**

15

Rio: aumenta a população de rua

12

Os bancos não pagam impostos

6

Cotas na Índia e no Brasil

editorial

O que o PAC traz de novo?

■ O lançamento do PAC pelo Governo Lula incentivou as expectativas de que o país possa, enfim, ter um programa de longo prazo, capaz de retirá-lo da anemia e da anomia que marcam sua economia e a vida social nas grandes cidades.

Afinal, o país convive há mais de uma década com o agravamento das condições sociais, o aumento da violência, agora, não exclusiva das grandes cidades, mas que se interioriza, aprofundando na nação um estado de impunidades, privilégios, sem ordem e sem paz social, refém de um desenvolvimento econômico que não veio para distribuir a renda e as oportunidades, mas, sim, para reproduzir privilégios, ganhos e benesses.

Os números e os dados da vida econômica, política, cultural e social do país não animam boas previsões, e o que se vê é o aumento das populações de rua, a extensa favelização nas grandes cidades, a pobreza, o desemprego, marginalidade e violência, em uma escala em que nem Governo Federal, nem os estaduais e as prefeituras conseguem deter, mesmo com os resultados positivos de programas como o Bolsa Família.

Os quatro primeiros anos do Governo Lula se foram, sem que os grandes dados macroeconômicos se movimentassem de forma significativa, indicando sólidas e permanentes melhorias nas condições de vida da maioria da população. Para seu segundo mandato, Lula exigiu de sua equipe de governo medidas ousadas, capazes de romper com a estagnação que marca as quase últimas três décadas da economia brasileira.

Mas, afinal, o que é o PAC? Quais as possibilidades de, através dele, o Brasil poder escapular das armadilhas que minam as chances de a economia crescer e o país se desenvolver. Este é o tema central desta edição do *JE*, que traz as opiniões dos economistas João Paulo de Almeida Magalhães e João Sicsú, comprometidos e dispostos a pensar o Brasil por uma outra perspectiva que não a neoliberal. Afinal, o que o PAC traz de novo?

SUMÁRIO

3 João Sicsú
PAC em debate
Governo tenta mudar o rumo, após 4 anos

6 José Luis Petruccelli
Cotas nas universidades
Uma questão transnacional



8

Entrevista -
João Paulo de Almeida Magalhães
O PAC mantém a visão de curto prazo

11 Relatório de Viagem: depois da China, Cuba...?
Corecon-RJ esteve em Havana

12 Mária Eulália Alvarenga de A. Meira
Bancos pagam pouco imposto

15 Fórum Popular de Orçamento
Lugar de criança, no Rio, é nas ruas

16 Economistas promovem debate sobre o PAC
Prêmio de Jornalismo será entregue dia 14

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

PAC em debate

Governo tenta mudar o rumo, após 4 anos

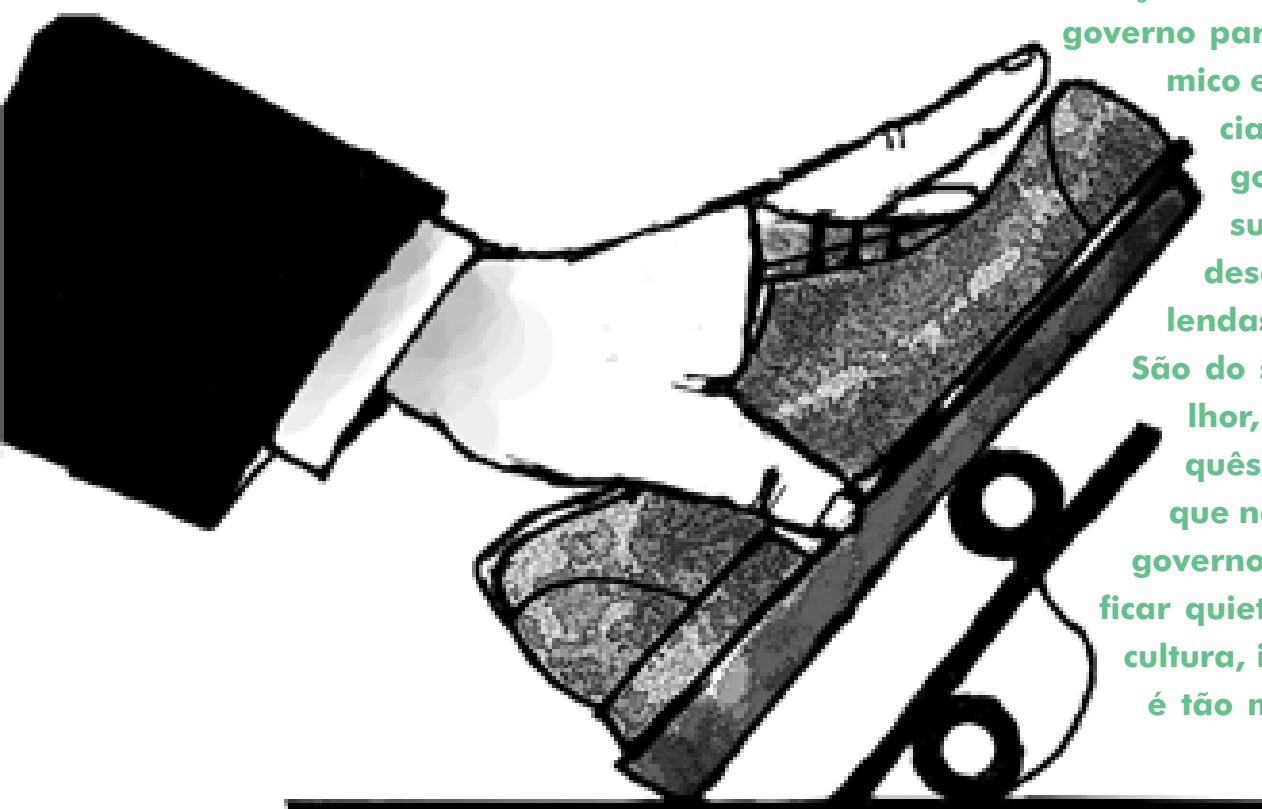
O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa uma mudança de concepção do Governo Lula: é uma nova forma de pensar a relação entre duas instituições essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade: o Estado e o mercado. Tais instituições devem interagir através de ações de

governo para estimular o crescimento econômico e promover justiça e segurança social.

Em caminho oposto, os últimos governos de FHC e Lula construíram suas estratégias de crescimento e desenvolvimento social baseadas em lendas, que são conhecidas e antigas.

São do século XVIII: “para governar melhor, é preciso governar menos” (Marquês d’Argenson) ou “a regra geral é que nada deve ser feito ou tentado pelo governo; o lema do governo... deveria ser: ficar quieto... . A exigência feita pela agricultura, indústria e comércio aos governos é tão modesta e razoável quanto a que

Diógenes fez a Alexandre: - saia da minha frente.”(F. Benthan).



■ João Sicsú
Instituto de Economia da UFRJ

Através do PAC, o governo tenta retomar o controle da nau Brasil, que estava à deriva. O PAC não aceita a idéia de que o Estado ocupa o lugar da iniciativa privada, que o investimento público expulsa da economia o investimento privado – fenômeno que é conhecido na academia como *crowding-out*. Muito pelo contrário. O PAC adota a concepção do *crowding-in*: o investimen-

to público atrai para a economia o investimento privado real.

A idéia do *crowding-out* é que a economia somente pode crescer a uma determinada taxa que é natural, dada uma série de condições estruturais e legais que são conhecidas, mas que não podem ser alteradas no curto prazo. Ou seja, o PIB potencial está dado pelas condições passadas que são tratadas como perenes. A idéia do *crowding-in* está baseada exatamente na possibilidade de alteração do PIB potencial. Assim, o

investimento público não expulsa o investimento privado, mas, ao contrário, abre espaço para sua expansão. Na concepção do *crowding-out*, o investimento público expulsa o investimento privado e/ou causa inflação devido ao excesso de demanda. Na alternativa *crowding-in* não haverá excesso de demanda porque a taxa potencial de crescimento anual do PIB da economia brasileira será superior a 5%, se o conjunto de investimentos públicos proposto no PAC for realizado.

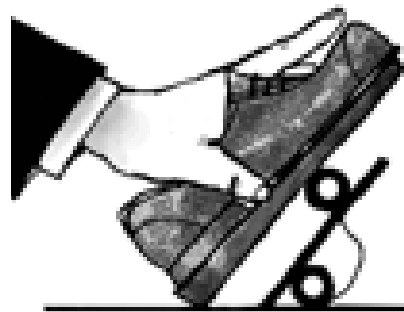
A última grande iniciativa econômica de governo no país foi o Plano Real. Quem derrotou a alta inflação no Brasil foi o governo. Não foram as forças de mercado que se movimentavam livremente. O Governo Lula retomou a iniciativa, através do PAC, depois de quatro anos esperando o “espetáculo do crescimento” que seria oferecido exclusivamente pelo “mercado”, uma entidade considerada por muitos como vidente, suprema e infalível. Mas, o Deus mercado falhou: o crescimento econômico médio no período 2003-2006 foi de 2,6% (nos anos 1995-1998, correspondentes ao primeiro governo de FHC, foi de 2,6 e nos anos 1999-2002, que corresponderam ao segundo mandato de FHC, de 2,1% ao ano). Então, o Governo desistiu de esperar o dia em que o paraíso chegaria como resultado dos sacrifícios quotidianos. Na prática, a iniciativa de lançar um Programa desconstituiu a idéia de que a soma de sacrifícios de curto prazo resultaria, de forma espontânea, no paraíso, alcançável somente lá... lá... no longo prazo.

Dobrando o investimento público

De um lado o PAC, é criticado porque não se propôs a realizar corte de gastos correntes, não reduziu a carga tributária de forma generalizada e significativa, não apresentou regras de garantia para os negócios privados de grande porte e não desburocratizou a economia. Por outro lado, é criticado por sua timidez: o montante previsto de investimento público seria considerado insuficiente. Em 1994, o Plano Real também foi criticado porque não continha medidas para promover o crescimento e melhorar o perfil distributivo da renda. O objetivo do Plano era somente um: extinguir o regime de

alta inflação. Só faltou gente para dizer que o Plano Real não continha um programa de reforma agrária. Aliás, em relação ao PAC até isso já foi alardeado.

De fato, os montantes indicados no PAC para o investimento público não são absolutamente notáveis. Contudo, são muito superiores àqueles realizados nos últimos anos: poderá saltar do patamar de aproximadamente 0,5% para 1,0% do PIB. As desejadas regras de garantia dos negócios de grande porte e a desburocratização podem até se mostrar necessárias, mas não são essenciais e nem determinantes: mais do que reformas e marcos legais o que os empresários desejam é lucro, uma



palavra que é quase sinônima de crescimento sustentado. A China é um caso exemplar. País de bandeira vermelha, com partido único, sem eleições diretas e sem democracia, com alfabeto ininteligível, mas cresce por mais de duas décadas a 10% a.a. – além disso, tem uma taxa de câmbio que garante exportações a preços altamente competitivos. Esse é o país que mais recebe investimento direto americano no mundo.

A redução da sucção fiscal proposta no PAC foi seletiva. Aliviou somente setores industriais de bens de capital, TV digital e de semicondutores; aliviou também os empreendimentos de edificação de infra-estrutura e a construção civil. A redução da sucção fiscal será de R\$ 6,6 bilhões em 2007, ou seja, aproxima-

damente 0,7% do PIB. Foi uma medida correta para aumentar a lucratividade esperada dos segmentos selecionados pelo Programa. A escolha desses segmentos está relacionada com os objetivos mais gerais do PAC. Contudo, muitos afirmam que a carga tributária no Brasil deveria ser reduzida de forma significativa e generalizada já que países com igual grau de desenvolvimento possuem cargas bem menores.

É verdade. Mas por que a carga tributária é alta no Brasil? Ela foi aumentada exatamente durante os últimos governos de FHC e Lula, com o objetivo de reduzir o déficit nominal que crescerá de forma explosiva por conta das elevadas despesas financeiras do governo, decorrentes das altas taxas de juros praticadas durante esse período. A causa da elevação da carga tributária foi a elevação da taxa de juros básica da economia. Esqueceram de dizer que países com grau de desenvolvimento semelhante ao do Brasil possuem uma taxa de juros bem menor que a nossa e suas dívidas públicas não são indexadas à taxa básica de juros o que, portanto, lhes permite ter uma carga tributária menor.

Política fiscal mais ampla

Um ponto crucial do Programa foi a ampliação do escopo da política fiscal que tinha objetivo restrito, que era tão-somente reduzir a relação dívida/PIB. A política fiscal do PAC contém também o objetivo de promover o crescimento, um objetivo consagrado pelas políticas fiscais keynesianas nos anos de ouro do capitalismo, durante o século passado. Dentro desse quesito é fundamental – tal como foi proposto no PAC – que o investimento público seja financiado pela redução do superávit primário

e/ou pela redução das despesas financeiras do governo.

A redução de gastos correntes como fonte de financiamento dos gastos com investimentos públicos é uma medida que poderia ser inócua. Por exemplo, uma pessoa empregada que recebe um benefício do programa Bolsa Família, de forma indevida, gera gastos, gera empregos nas fábricas de bens de consumo. Cortar esse benefício (o que é uma medida correta) para transformá-lo em gasto de investimento é o mesmo que desempregar nas fábricas de bens de consumo para empregar na construção de estradas.

É correta a adoção da responsabilidade fiscal expressa na busca de um déficit zero para o orçamento do Governo Federal, e isto está no PAC. Os déficits orçamentários são sinais de fraqueza de uma economia. Uma economia não alcança o pleno emprego porque tem déficit orçamentário. A leitura correta é inversa: não equilibra o orçamento porque não atingiu o pleno emprego. Portanto, é correta a visão de que se a economia crescer de forma continuada, a taxas superiores a 5% ao ano, alcançará o equilíbrio orçamentário. Com pleno emprego, haverá aumento substancial da arrecadação e redução de alguns tipos específicos de gastos sociais, tais como aqueles referentes aos pagamentos de seguro-desemprego e do Bolsa Família.

A regra de contenção dos gastos da União com pessoal foi uma concessão (in)devida às pressões de cunho liberal, que desejam restringir o tamanho do serviço público (ver Boxe) Tal medida não representa garantia de que não haverá qualquer descontrole fiscal, porém limita a capacidade do governo de fortalecer o Estado, contratando pessoal qualificado que poderia receber remunerações adequadas. Limita a capacidade de

conceder reajustes ao funcionalismo público para que o Estado possa manter em seus quadros pessoal de primeira linha. O PAC é fundamentalmente um Programa de gastos de investimento público para estimular o crescimento. A regra estabelecida para conter gastos com pessoal não tem qualquer conexão técnica com o objetivo do Programa. É tão-somente uma

concessão (in)devida às pressões do pensamento conservador, muito presente na mídia, que deseja o Estado mínimo. Um país em processo de crescimento vigoroso e continuado precisará contratar para o serviço público mais e melhores engenheiros, fiscais, policiais, professores, médicos..., que devem ser muito bem pagos.

Controle da Expansão da Despesa de Pessoal da União

Descrição: limitação do crescimento anual da folha de pessoal (inclusive inativos) à taxa de inflação (IPCA), acrescida de um índice real de 1,5% ao ano, resguardados os acordos consolidados na legislação até o final de 2006. Medida a ser implementada a partir de 2007, por 10 anos.

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento, p.12 (Disponível no portal do Ministério da Fazenda, na internet)

Ponto de inflexão

O crescimento econômico, idealmente, deve ser impulsionado pelo conjunto de políticas macroeconômicas: fiscal, monetária e cambial. Um crescimento impulsionado por essas políticas acionadas, de forma coordenada, aumenta a probabilidade de se tornar sustentável, duradouro. A política monetária deve se tornar compatível com o PAC. No entanto, as taxas de juros sugeridas no PAC são incompatíveis com o objetivo do crescimento porque: (i)-mantêm a atratividade dos ativos financeiros vis-à-vis o investimento produtivo; (ii)-não reduzem de forma significativa as despesas financeiras do Governo Federal que devem financiar o investimento público; e (iii)-podem gerar um clima de desânimo generalizado – uma taxa de juros de 10% ao ano somente seria alcançada em 2010!!! Se o país mantiver a taxa de básica de juros elevada manterá o modelo estagnacionista do *stop-and-go*, que tem sido muito mais *stop* do que *go*.

Cenário do PAC para os juros

	2007	2008	2009	2010
Taxa Selic nominal	12,2%	11,4%	10,5%	10,1%

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento, p.5 (Disponível no portal do Ministério da Fazenda)

A política cambial compatível com o crescimento é aquela que mantém uma taxa de câmbio estável e desvalorizada, isto é, uma taxa que garante às exportações de manufaturados preços competitivos no mercado internacional. No Brasil, a taxa de câmbio está sobremaneira valorizada. Duas variáveis quando combinadas tornam as importações explosivas: taxa de câmbio valorizada e crescimento econômico. Então, pode-se afirmar que se a política monetária se tornar compatível com o PAC e a economia iniciar um processo vigoroso de crescimento haverá um aumento drástico das importações, que ameaçará o saldo em transações correntes com o exterior do balanço de pagamentos brasileiro.

Obsessão nacional

Sendo assim, será preciso iniciar um processo de compatibilização, desde já, da política cambial com o PAC. Será necessário iniciar um processo de desvalorização controlado da taxa de câmbio para que em aproximadamente 18 a 24 meses ela esteja em patamar capaz de garantir o equilíbrio das contas externas, em um ambiente de crescimento econômico. Uma política agressiva de aquisição de reservas por parte do Banco Central associada a uma política de esterilização é o caminho óbvio. Há, contudo, uma barreira que deve ser observada. O custo para o carregamento de reservas por parte do setor público é a diferença entre a taxa de juros doméstica e a internacional – que é muito alta no Brasil – e isto reforça a necessidade de uma redução mais acelerada da taxa juros básica, a taxa Selic.

Enfim, o PAC é um ponto de inflexão na trajetória das políticas econômicas do Governo Lula. É necessário, contudo, adequar as demais políticas monetária e cambial ao objetivo do crescimento. **O objetivo do crescimento tem que se tornar uma obsessão nacional. Afinal, um país que verdadeiramente quer se desenvolver deve pensar grande e, portanto, deve buscar compatibilizar objetivos múltiplos: estabilidade monetária, crescimento econômico, equilíbrio do balanço de pagamentos, equilíbrio das contas públicas e justiça e segurança social.**

O crescimento econômico e a conseqüente solidez orçamentária da União são as condições básicas e necessárias para a viabilização da transformação social de que o Brasil precisa. Sem crescimento econômico não há espaço para a viabilização de programas sociais de profundidade e abrangentes, capazes de promover justiça e segurança social para todos.

Cotas nas universidades

Uma questão transnacional

A Folha de São Paulo publicou, meses atrás, matéria¹ que pelo título – “Justiça social e meritocracia entram em choque” – e sub-título – “Aumento de vagas para menos favorecidos nas universidades gera debate no país” – poderia se tratar de uma questão bem brasileira e atual. Entretanto, vamos logo sabendo que o país noticiado é a Índia, sem deixar de perceber uma semelhança espantosa com a polêmica nacional em torno do mesmo tema ao reparar na epígrafe: “Alunos de cursos disputados protestam contra plano do governo de ampliar para 49,5% cadeiras reservadas às castas mais atrasadas”. Trocando a referência às “castas mais atrasadas” por grupos raciais mais desfavorecidos – e o percentual citado por outro bastante menor – e estamos de volta ao cenário brasileiro com propostas inteiramente similares, no que diz respeito a modificações nas prerrogativas de ingresso aos estabelecimentos de ensino superior no país.



■ José Luis Petruccelli
Pesquisador do IBGE

A matéria citada começa avaliando que o preconceito naquele país é tão antigo quanto os textos sagrados hindus, e constata que os esforços para combatê-lo “datam da formação da Índia moderna, 59 anos atrás”, ou seja, da sua independência da Inglaterra, em 1947. Continuando com o paralelismo com estas latitudes, podemos dizer que a diferenciação por cor – base para a construção de hierarquias raciais e estabelecimento de relações de poder – é tão antiga por aqui quanto o texto da carta de Pero Vaz de Caminha e que os esforços para combater o preconceito e a discriminação datam de pouco tempo atrás, apenas entre cinco e 10 anos, notadamente a partir do reconhecimento oficial pelo governo brasileiro da existência de racismo no país e da participação na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo e a Discriminação, em Durban, 2001.

O presente artigo aproveita a matéria da *Folha* para contribuir com o desmascaramento de um dos argumentos utilizados

por aqui contra o sistema de cotas, que afirma ser esta proposta uma simples cópia de política utilizada nos EUA. A própria matéria destaca que “ação afirmativa é, de algumas maneiras, uma questão que desperta ainda mais emoções na Índia do que nos EUA”, concorrendo para desmitificar o suposto mimetismo do Brasil, em relação às políticas públicas para minorias raciais implementadas nas universidades norte-americanas. A matéria informa ainda que “cotas não são novidade no país. **Segundo sua Constituição, a Índia há muito tempo reserva 22,5% das vagas em universidades públicas a membros de castas baixas. Cotas também são usadas em empregos públicos e cargos eletivos**”.

Entretanto, no Brasil, cotas raciais são, de alguma maneira, “novidade”, apenas tendo sido implementadas de forma pioneira nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia, assim como na federal de Brasília, a partir de 2003, estando, em dezembro de 2006, em funcionamento em mais de 35 universidades no país, com alguma variação na sua implementação: raciais para negros/indígenas ou sociais, por critérios sócio-econômicos.

O início das ações afirmativas

Em torno dos anos de 1940 e 50 e como consequência do processo de descolonização dos países da África e da Ásia, similares políticas de tratamento preferencial para minorias étnicas foram propostas

e implementadas em Paquistão, Indonésia, Malásia, Gana e Guinéa, entre outros países, seguindo a trajetória pioneira da Índia. Em 1949, a constituição indiana incluía medidas de ação afirmativa específicas para atender os “intocáveis” e “tribos estigmatizadas”, as parcelas mais historicamente desfavorecidas da população. Ou seja, **políticas de ação afirmativa surgiram em épocas anteriores às que, com esse nome, foram implantadas nos EUA, a partir da década de 1960, e que são as mais conhecidas no Brasil.**

A nova proposta de cotas na Índia, que desperta a revolta especialmente dos estudantes das disputadas escolas de medicina, amplia o princípio já vigente ao reservar 27% das vagas aos grupos conhecidos pela burocracia desse país como “outras classes atrasadas”. Lá, como aqui, pelo projeto de lei atualmente em discussão no Congresso, as novas cotas seriam aplicáveis apenas nas universidades federais.

Com os defensores das cotas também se mobilizando, o pri-

meiro-ministro evita tomar partido com relação à proposta. Se alguns parlamentares sugeriram que as universidades disputadas ampliem o número de vagas, também foram aventadas sugestões para introduzir cotas no setor privado. A esta altura da leitura da matéria da *Folha*, salvo pela referência ao primeiro-ministro, já não se consegue diferenciar de qual país se trata, se é da Índia ou do Brasil.

Mas tem mais. Citando textualmente: “Os adversários dizem que as cotas vão prejudicar a qualidade das universidades e dividir os estudantes em castas”. Surge iniludível a pergunta: será que os que aqui militam para preservar o atual estado de privilégios no acesso às universidades não estarão copiando os argumentos dos seus colegas indianos, defensores da “qualificação para poucos”, especialmente no nível superior? Para os que ainda acham que talvez não, a última citação

de um estudante de medicina, em Nova Dehli: “Por que ... continuamos a pensar em reservar vagas para castas? Deveríamos falar de meritocracia total”.

Falta de iguais oportunidades

Decididamente, os que sustentam argumentos contrários à política de reserva preferencial de vagas para negros e índios nas universidades brasileiras, como medida emergencial, urgente e provisória, carecem de originalidade. Continuar resguardando este meio altamente privilegiado e excludente contra a admissão de um contingente minimamente expressivo de estudantes dos grupos etno-raciais mais desfavorecidos da sociedade brasileira é, ademais de anacrônico, mera expressão da ideologia mais conservadora, encontráveis em qualquer país, como na Índia.

Lá como aqui, privilégios são

mantidos apesar de leis que declaram serem todos iguais e de medidas universalistas que eventualmente puderem ter sido aprovadas para ampliar a oferta educacional no país. A falta de iguais oportunidades educacionais está fortemente associada à ausência de democracia social, econômica e política numa sociedade desigual e injusta. **O sistema de cotas é um meio de avançar na luta pela igualdade étnica e racial, questionando as bases de uma sociedade que não contempla de forma efetiva todos seus cidadãos. Um pequeno passo de uma longa caminhada para alcançar um dia uma verdadeira democracia não-racial no Brasil.**



1 A matéria foi publicada em 11/6/2006. Ver em http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle.asp?ID_RESENHA=234422

Cursos que começam em março

A Secretaria de Cursos do Corecon-RJ inicia, em março, três cursos voltados para profissionais e estudantes de economia, mas também aberto a outras áreas de atuação. O curso de **Matemática** será sempre às segunda-feira, das 18h30 às 20h30, com as aulas ministradas pelo professor André Gaglianone de A. Kasprzykowski. O curso vai até outubro, com 70 horas-aula e, a partir de julho, terá seus conteúdos compatibilizados com os do curso preparatório para o Exame Nacional da Anpec.

Em cinco de março tem início o curso **Matemática Aplicada à Teoria Econômica**, que vai até sete de maio, sempre às segundas-feiras, das 14h30 às 17h, com 30 horas-aula e sob a responsabilidade do professor Carlos Maximiliano Monteiro. O objetivo do curso é aplicar algumas ferramentas de cálculo para otimização em temas específicos de Microeconomia.

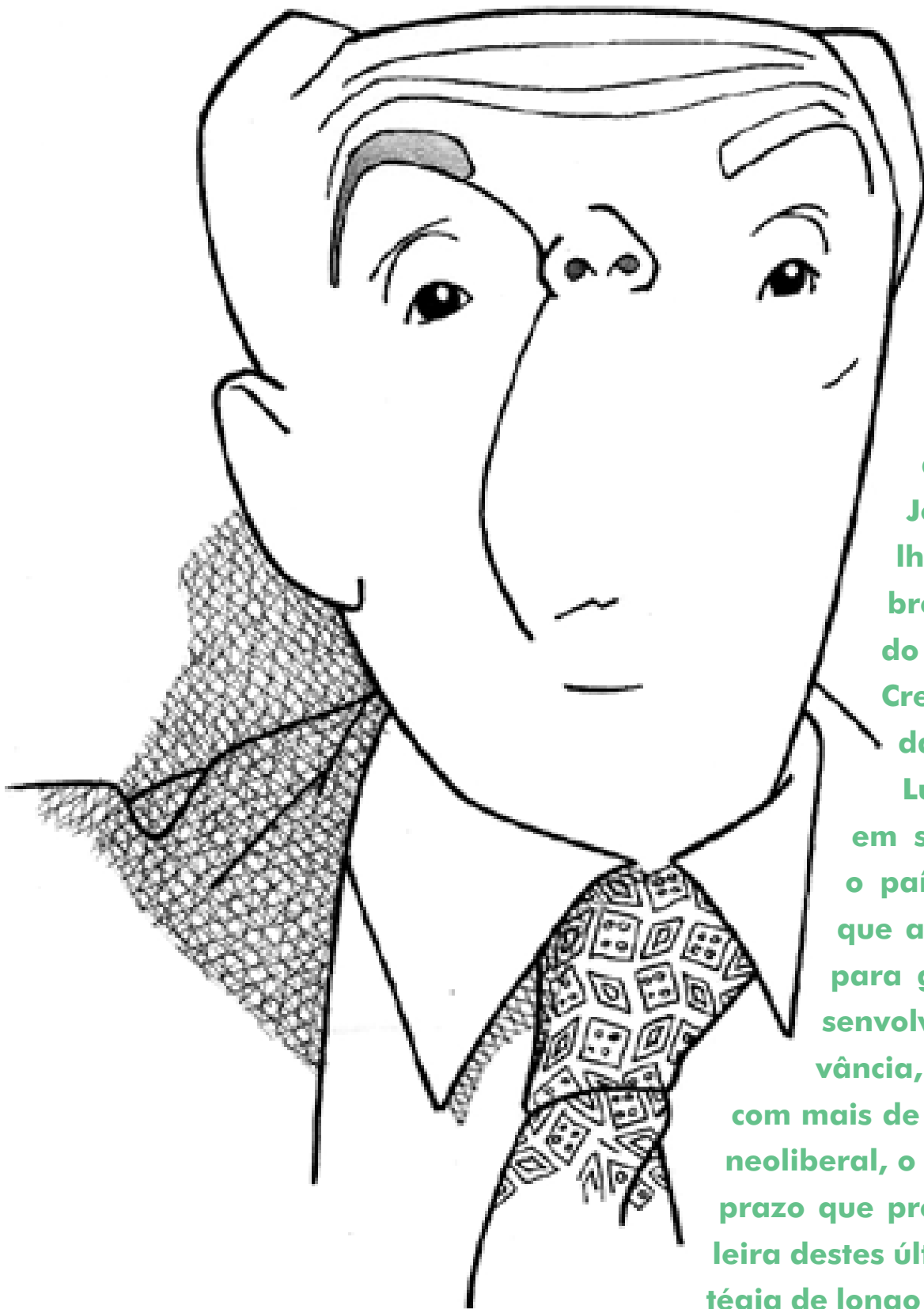
No dia 28 de março terá início o curso **“Análise de Investimento”**, que vai até 26 de abril, às quartas e quintas-feiras, das 18h45 às 21h30, com 30 horas-aula e ministrado pelo professor Eduardo de Sá Fortes.

Maiores informações sobre preços, descontos, formas de pagamento e inscrições podem ser obtidas no Portal dos Economistas.

Entrevista

João Paulo de Almeida Magalhães, presidente do Corecon-RJ

O PAC mantém a visão de curto prazo



Reeleito para a presidência do Corecon-RJ, o professor João Paulo de Almeida Magalhães conversou com o *JE* sobre a importância e as lacunas do Programa de Aceleração do Crescimento, o conjunto de medidas anunciado pelo presidente Lula e com o qual ele pretende, em seu segundo mandato, levar o país ao crescimento econômico que a sociedade almeja e precisa, para gerar emprego, renda e desenvolvimento. Apesar da sua relevância, em termos de tentar romper

com mais de duas décadas de hegemonia neoliberal, o PAC mantém a visão de curto prazo que predomina na economia brasileira destes últimos anos. "Falta uma estratégia de longo prazo", observa o presidente do Conselho, lembrando Albert Hirschman, quando diz que obras de infra-estrutura são permissivas, mas não são determinantes do crescimento.



Jornal dos Economistas – Qual a relevância do Programa de Aceleração do Crescimento. É possível, com ele, que a economia brasileira volte a crescer nas dimensões que o país precisa?

João Paulo de A. Magalhães – O PAC constitui instrumento de grande importância na história econômica do país. Após 25 anos de preocupação exclusiva com os equilíbrios fundamentais monetário, fiscal e cambial, o Governo Brasileiro volta a aceitar como sua responsabilidade básica assegurar o crescimento acelerado da economia. O PAC fica, todavia, aquém do esperado visto não oferecer estratégia de longo prazo para a economia. A par disso, **o PAC não oferece solução para duas principais distorções que vêm bloqueando o desenvolvimento econômico. A saber: os altíssimos juros vigentes e a sobrevalorização do real.** Juros que desencorajam o investimento privado e destroem a capacidade de investimento do Poder Público. Sobrevalorização do real, que dificulta exportações de tecnologia refinada e elevado valor adicionado por trabalhador e encoraja importações com essas características. A explicação da insuficiência do PAC, todavia, se deve fundamentalmente ao fato de se ter deixado, no controle do setor finan-

ceiro, equipe de visão neoliberal. Esta se opõe às medidas necessárias para, a prazo curto, baixar juros e corrigir a sobrevalorização do real. Com isso torna-se inócua qualquer tentativa de se lançar o país em nova estratégia de desenvolvimento.

JE – Mas há muitas críticas ao PAC, não?

João Paulo – Ele vem sendo duramente criticado em pontos específicos como os da diminuição da receita dos estados, em consequência de reduções ou isenções fiscais, ausência de medidas para reduzir a carga fiscal, permissão do uso do FGTS em aplicações de risco, por não terem sido ouvidos estados e prefeituras na seleção dos investimentos de infra-estrutura e assim por diante. Essas críticas são quase sempre indevidas, seja porque após duas décadas de semi-estagnação dificilmente o desenvolvimento poderia ser retomado sem sacrifícios, seja porque boa parte das reivindicações apresentadas não poderia ser atendida sem a volta ao crescimento acelerado, o que não será conseguido de imediato. A crítica básica que, no entanto, se deve fazer ao debate em torno do PAC é que ele continua curto-prazista. O correto seria indagar se ele contém estratégia ou política de longo prazo que permita recolocar o país, de forma permanente, na trilha da eliminação do seu atraso econômico, ou se pretende apenas garantir resultados superiores aos obtidos pelo atual governo no seu primeiro mandato.

JE – O que impede se pensar em estratégias de longo prazo?

João Paulo – Estratégias econômicas têm necessariamente como base visão de largo horizonte. Elas se estruturam pela escolha do mercado a ser explorado, definição

do setor que comandará o processo e detalhamento do papel a ser desempenhado pelo Poder Público. Contra a proposta de imediato lançamento de estratégia de desenvolvimento, alegam alguns a necessidade de prévia elevação da margem de poupança. Ora, tanto na experiência dos países asiáticos (todos com 30% ou mais de poupança sobre

o PIB), descrita no relatório do Banco Mundial “East Asian Miracle”, como na literatura especializada, se verifica que: uma vez adotada estratégia eficaz de desenvolvimento, as poupanças se elevam espontaneamente. No relatório da Unctad, de 2006, encontramos a mesma crítica à visão neoclássica de que a elevação dos investimentos deve ser precedida pelo aumento das poupanças. O correto, segundo o relatório, é fazer investimentos acima da disponibilidade de poupanças, dado que estes determinarão *ex post* elevação proporcional das poupanças. **O que está, portanto, faltando hoje no Brasil é a definição de uma estratégia que proporcione expansão permanente do PIB, em ritmo não inferior ao de outras economias emergentes. Obter-se ou não crescimento de 5% em 2007 não é importante. O necessário é que o país, em prazo tão curto quanto possível, volte a crescer aceleradamente.**

JE – Mas o que seria uma estratégia de longo prazo?

João Paulo – O mais perto que o PAC chegou, em termos de programa de longo prazo comandado pelo Poder Público, foi o anúncio de esforço para criação ou recu-

peração da infra-estrutura. Acontece que esta, como bem mostra Albert Hirschman, é permissiva e não determinante de crescimento. De pouco adianta abrir estradas se não houver caminhos para passar por elas; ou gerar energia se inexistem empresas para consumi-la. Na estratégia, o



fundamental é selecionar de forma correta atividades diretamente produtivas de elevado dinamismo e alto valor adicionado por trabalhador a serem colocadas à frente do processo. Hirschman patrocina, inclusive, a ousadia de se criar atividades diretamente produtivas, mesmo na inexistência de infra-estrutura. Segundo ele, esta surgirá posteriormente pela pressão dos interessados e da opinião pública. Investimentos em infra-estrutura constituem, em última análise, instrumento adequado somente para corrigir situações recessivas de curto prazo e não para comandar modelos de desenvolvimento. Programa econômico baseado exclusivamente neles acarreta inclusive o risco de, ao proporcionar aceleração do crescimento durante a realização das obras, criar a ilusão de que foram estabelecidas as condições para retomada permanente do desenvolvimento, com o consequente abandono de medidas realmente eficazes. E nem se pode afirmar, que novas estratégias de desenvolvimento não tenham sido propostas. Em 2002, o Instituto da Cidadania do PT defendeu a transformação do Brasil em “sociedade de consumo de massas”,

através de política redistributivista de largo espectro. O objetivo da estratégia era, em última análise, o alargamento do mercado interno de modo a se viabilizar política de crescimento para dentro, do tipo que obteve excepcional sucesso no modelo de substituição de importações.

JE – E o que aconteceu com esta proposta?

João Paulo – Ao assumir o poder, o PT não teve a ousadia, ou preferiu não correr o risco, de implementar sugestão oriunda dos seus próprios economistas.

Era de se esperar que tal proposta fosse retomada pelo PAC.

No documento publicado, em 2006, pelo CED (Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro), intitulado “Uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil”, se aceita a proposta do Instituto da Cidadania de criar sociedade de consumo de massas, apontando apenas como sua complementação natural estratégia de crescimento para fora, a ser concomitantemente adotada. O objetivo visado por esta não seria a integração passiva no mercado mundial, de inspiração neoliberal, que vem sendo tentada, sem qualquer sucesso, desde 1980. O que se defendia era uma integração ativa no mercado internacional, capaz de proporcionar competitividade internacional a empresas brasileiras. Nessa estratégia, sem se descuidar da exportação de *commodities* agrícolas (como soja e café) e industriais (como aço, papel e celulose e derivados do petróleo), o esfor-

ço principal se concentraria em setores de elevado conteúdo tecnológico, alto valor adicionado por trabalhador e mercados internacionais dinâmicos, tais como tipificados pela Embraer.

Presentemente, como consequência da sobrevalorização do real, o Brasil exporta quantidades crescente de produtos de tecnologia elementares e baixo valor adicionado por trabalhador e importa bens de tecnologia refinada e alto valor adicionado por trabalhador. Ou seja, exatamente o contrário do indicado por estratégia correta de crescimento para fora. O PAC deveria ter aceitado essa proposta de estratégia mista de crescimento para dentro e para fora, ou optado por outra qualquer. Preferiu, todavia, ignorar a necessidade de nova estratégia econômica para o Brasil.

JE – Falamos muito do longo prazo, mas e no curto prazo, o que precisa ser feito?

João Paulo – Se faltou no PAC visão de longo prazo, ele também falhou em não prever medidas de curto prazo destinadas a corrigir deficiências absolutamente impeditivas da retomada do crescimento acelerado. **Dois obstáculos de curto prazo permanecem como empecilhos fundamentais à retomada do desenvolvimento: as altíssimas taxas de juros e a sobrevalorização do real.** Deixamos de lado outros problemas, como os da excessiva carga fiscal, da grande dívida pública e da necessidade de elevado superávit primário no orçamento público, porque eles desaparecerão ou serão mais facilmente corrigíveis, uma vez contornados os problemas dos altos juros e da sobrevalorização cambial.

A correção desses desequilíbrios vem sendo tentada, nos últimos

quatro anos, através de medidas convencionais, sem nenhum resultado. Outras ações do mesmo tipo são constantemente propostas, porém, sua implementação dificilmente modificará o quadro negativo atual.

JE – Mas qual taxa básica de juros e qual câmbio?

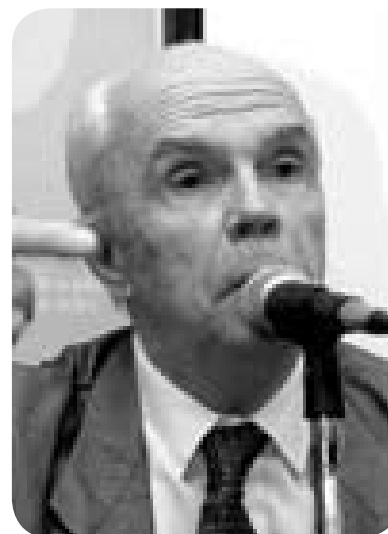
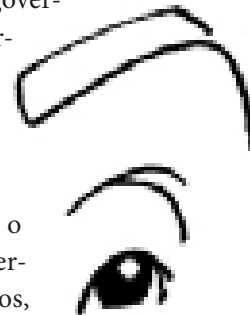
João Paulo – A primeira medida consistiria na redução, pelo Copom, em curtíssimo prazo, da taxa Selic, atualmente de 9%, em termos reais, para, digamos, 3%. O que proporcionaria ao governo economia anual de cerca de R\$ 100 bilhões, reconstituindo, assim, sua capacidade de investimento. Não seria demais lembrar que o PAC prevê o investimento total do Governo Federal, em quatro anos, de apenas R\$ 68 bilhões. A colocação dos juros brasileiros em níveis internacionais revolucionaria o PAC, evitando os malabarismos a que foi obrigado para garantir investimentos totais de cerca de R\$ 500 bilhões. Restaria o problema do setor privado. Os elevadíssimos juros cobrados pelos bancos a pessoas físicas e jurídicas resultam da exploração oligopolística de vantagem resultante da baixa disponibilidade de recursos para emprés-

timos. Esta disparidade corresponde, no Brasil, a cerca de 30% do PIB, percentagem muito inferior à registrada em outros países.

As medidas a serem adotadas consistiriam na drástica baixa da taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras oficiais – BNDES, CEF e BB – gerando, assim, pressão sobre os bancos privados concorrentes, no sentido de agirem da mesma forma. Em segundo lugar, se re-

ativaria a legislação reguladora do nível máximo de juros, cujas normas operaram com eficácia até 1964, ficando o BC encarregado de garantir o respeito aos tetos adotados.

Quanto à sobrevalorização do real, o ministro Guido Mantega já adotou, sem sucesso, diversas medidas corretoras, o que indica a necessidade de instrumento mais radical. Este poderia ser, por exemplo, a adoção pelo BC da centralização do câmbio, colocando em, digamos, R\$ 2,60 o preço do dólar. O pensamento ortodoxo e das instituições internacionais aponta uma série de corolários negativos da centralização de câmbio. **Deve-se lembrar, contudo, que por ocasião da crise asiática de 1997 e, contrariando o aconselhamento do FMI, a Malásia lançou mão desse instrumento, obtendo resultados superiores aos dos países que se pautaram pelo receituário ortodoxo.** E não seria demais lembrar que a China adotou, em caráter permanente, a centralização do câmbio. O que lhe permite, inclusive, manter a desvalorização da moeda nacional,



elevando a competitividade internacional de seus produtos.

JE – Mas isso não provocaria reações negativas, com a saída de investidores etc.?

João Paulo – Tais medidas determinariam, sem dúvida, o surgimento de problemas, como a fuga de capitais especulativos, a dificuldade de rolar a dívida pública, impacto negativo em alguns setores do mercado financeiro, além do surgimento de pressões inflacionárias. O que exigirá a adoção de medidas defensivas complementares. Entre elas, controle da saída de capitais, rolagem compulsória da dívida pública e medidas destinadas a minorar o impacto negativo sobre setores financeiros sensíveis, como o dos fundos de pensão. Essas ações radicais se tornam aceitáveis como única forma de obter, no curto prazo, a volta do crescimento acelerado à taxa anual, não apenas de 5%, mas de 7% ou mais. E, de qualquer forma, **elas atendem plenamente ao pedido de ousadia feito pelo Presidente da República a sua equipe econômica.** Restaria o problema das pressões inflacionárias supostamente resultantes das medidas acima. O problema está, todavia, longe de ter a gravidade anunciada. O impacto nos preços da desvalorização do real será diminuto, conforme atesta a experiência brasileira de 1999, quando significativo aumento na relação real/dólar não teve qualquer efeito significativo em termos de pressão inflacionária. Mais grave parece, contudo, ser o abandono da taxa de juros como instrumento de contenção de preços.

JE – E a inflação?

João Paulo – Segundo o já referido relatório da Unctad, Argentina, China e outros países asiáticos

mantêm a estabilidade monetária através de política de rendimentos e ação direta sobre os preços, o que lhes permite manter (dentro dos padrões brasileiros) juros extremamente baixos. **Ou será necessário lembrar que o instrumento básico utilizado pelo Plano Real para controlar a hiper-inflação brasileira não foi a elevação de juros, mas uma política de rendimentos sob a forma de colocação dos salários, aluguéis e outras remunerações dos agentes econômicos no seu nível real médio?** Tudo indica, portanto, que o BC vem cometendo o erro histórico de submeter o país a longo período de estagnação, por estar copiando a fórmula do Federal Reserve (FED), dos EUA, para conter a inflação, isto é, através da manipulação da taxa de juros. A experiência dos países antes citados mostra, sem sombra de dúvida, que o abandono da taxa de juros, como instrumento antiinflacionário, não terá impacto negativo se for substituída por política de rendimentos, cuja vantagem básica é não colocar obstáculo a políticas de desenvolvimento. O PAC poderia, portanto, ter adotado, sem maiores prejuízos, essas propostas, isto é, se não existisse no Banco Central equipe decidida a vetar essa iniciativa. Mesmo assim, há de se reconhecer que o PAC constituiu o máximo que se pode viabilizar em termos de política de desenvolvimento. O presidente Lula, no seu primeiro mandato, entregou o comando da economia à equipe neoliberal, com pífios resultados em termos de incremento do PIB. Não chegou o momento de correr o risco de passar a batuta à equipe desenvolvimentista?

Relatório de viagem: Depois da China, Cuba...?

Publicamos, a seguir, resumo do informe do presidente do Corecon-RJ, João Paulo de A. Magalhães, sobre sua viagem a Havana, no início de fevereiro, para participar do “Encontro Internacional dos Economistas da América do Sul e do Caribe”.

Corecon-RJ esteve em Havana

A reunião teve a presença de 1.400 participantes, de toda parte do mundo. O documento preparado pelo CED – O Desenvolvimento da América Latina e a Barreira Ideológica – mereceu um dos mais extensos resumos oferecidos. O resultado principal foi o unânime reconhecimento do fracasso do neoliberalismo e da necessidade de ação conjunta dos países da América Latina e Caribe em prol do desenvolvimento da região.

Para o visitante desinformado a impressão é extremamente ruim. Mesmo na região central de Havana, os edifícios estão mal conservados, transportes coletivos inadequados. Essa má impressão não exclui o fato de que o atendimento médico é de altíssimo nível e alguma coisa semelhante acontece com a educação secundária.

O sucesso de qualquer política de desenvolvimento depende de mercado de dimensões e dinamismo adequados. No caso de Cuba, com pequeno mercado interno, a saída a ser explorada era, inevitavelmente, os EUA, fechados, porém, pelo bloqueio.

A experiência recente autoriza a interpretação de que, tanto o neoliberalismo, do Consenso de Washington, quanto o socialismo do modelo soviético se revelaram pouco apropriados ao objetivo de levar ao pleno desenvolvimento.

Donde esperar que Cuba evoluísse para soluções de mercado. Possivelmente, dentro do bem sucedido modelo chinês, em que o próprio partido comunista comandaria a abertura para soluções de mercado. A proximidade do país do mercado americano autorizaria inclusive esperar entre outras coisas que, a exemplo do sucedido com a Irlanda, em relação à União Européia, Cuba se tornaria exportadora, para os EUA, de serviços de alto nível no setor de informática.

Depoimentos obtidos junto a participantes no seminário permitem supor que, dentro do próprio PC cubano, existem defensores dessa linha de evolução.

Bancos pagam pouco imposto

O artigo a seguir é um resumo da monografia premiada, em 2006, no concurso realizado pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, cujo tema foi “O município na Federação: perspectivas do fortalecimento do poder local – questões político-administrativas e tributárias”. A autora é economista, conselheira do Corecon-MG e vice-presidente do Sindicato dos Economistas de Minas, além de auditora técnica de tributos municipais da prefeitura de Belo Horizonte. E o que ela nos diz é que basta vontade política e seguir as leis para aumentar a arrecadação tributária, cobrando o justo a quem é devido. Como aos bancos.

■ Maria Eulália Alvarenga de A. Meira
Economista

A minha monografia possui 30 páginas, onde abordo a seguinte questão: a Constituição Federal de 1988 considerou, pela primeira vez, o Município como ente federado. Os constituintes quiseram, seguindo a tendência mundial, descentralizar recursos e poderes para as esferas subnacionais, com o intuito de estimular o exercí-

cio da cidadania e a democracia. E para que a descentralização se torne realidade, os governos subnacionais devem deter o controle de suas próprias fontes de receitas. Governos subnacionais que não possuem fontes independentes de receitas não podem nunca desfrutar de autonomia fiscal; eles podem estar e, provavelmente, estarão sob o jugo financeiro do governo central.

Existe um potencial de arrecadação não explorado por parte dos

municípios, na carga tributária nacional, devido à crise da ineficiência da gestão municipal, onde a maioria dos municípios brasileiros faz “vista grossa” quanto à possibilidade de arrecadação própria. O ideal seria a implantação de uma política de tributação, que deixasse de lado o clientelismo e o poder oligárquico local, a renúncia à cobrança de impostos e taxas, os gastos incontrolados e desnecessários, e aumentasse o leque daqueles que deviam contribuir de acordo com sua capacidade, viabilizando a realização e manutenção dos serviços públicos locais, possibilitando a autonomia econômico-financeira.

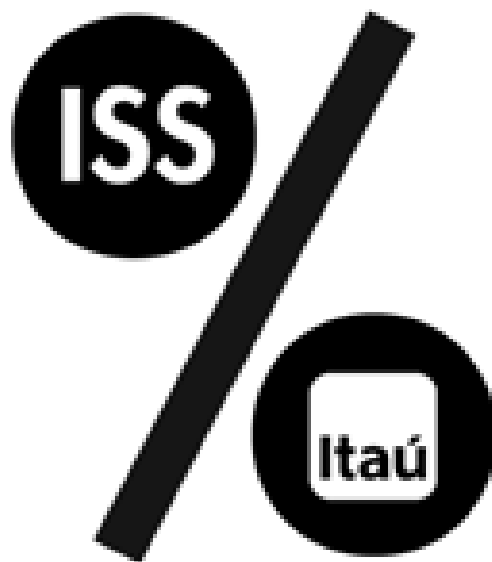
Dependência e clientelismo

A descentralização da prestação de serviços para os municípios, principalmente os de saúde e de educação, não está tendo a contrapartida de aumento de transferência de receitas, causando desequilíbrios permanentes em suas contas.

O aumento da carga tributária de 25% para 38% do PIB, entre 1994 e 2005, deveu-se, em grande parte, à criação ou ao aumento das contribuições por parte da União, aumento esse não repartido com os demais entes da federação.



A “tranquilidade” política dos municípios é aparente; a maioria deles vive da política clientelista, estando submetida aos interesses políticos repassadores de verbas.



Qualquer Natureza) incide sobre as tarifas bancárias, vê-se que a arrecadação dos mesmos, de uma forma geral, não apresenta a mesma correlação.

A inadequação das estruturas tributárias para captar o incremento do setor serviços parece evidente. Segundo estudo da Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF (1998) sobre consumo intermediário de serviços com base na matriz, consumo final/demanda total:

dem de 18,3% e a carga passaria de 1,6% para 1,9% do PIB em 1996.

Não se tem conhecimento de dados sobre as receitas de ISSQN dos municípios por segmentos de atividades econômicas, para aprofundar esta correlação. Isso se deve a não uniformidade dos códigos de atividades adotados pelos municípios brasileiros. Espera-se que, com a implantação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Fiscal², haja

Analiso os aspectos do ISSQN, para demonstrar que os serviços prestados pelos bancos estão sujeitos à tributação dos municípios, com os seguintes temas:

- Evolução histórica da tributação sobre serviços no Brasil – 1965/2004
- Conceito de serviços para efeitos tributários
- Lista de serviços
- Lista de serviços e o enquadramento dos serviços prestados pelos bancos

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios têm que explorar plenamente a sua base tributária imputada pela Constituição.

Há um segmento de mercado onde é possível o incremento da arrecadação municipal, que não está tendo a devida atenção por parte dos municípios brasileiros: os serviços prestados pelos bancos (instituições financeiras). Analisando os noticiários dos jornais nacionais, vê-se que a receita de serviços prestados pelos bancos (instituição financeira) está em expansão.

Verifica-se um grande incremento nas tarifas bancárias, principalmente, após o Plano Real. Em compensação, quando se analisa a arrecadação dos municípios brasileiros, nas quais o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de

[...] a alíquota efetiva do ISS é de apenas 1,27%, embora a alíquota modal seja 5%. Esse valor indica que a arrecadação do ISS ainda tem um bom potencial para crescimento futuro sem elevação de alíquota.

Deficiência dos municípios

A possibilidade do incremento da arrecadação dos municípios também é ressaltada pelo estudo publicado pelo informativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social¹:

Se, em cada classe de PIB per capita, esses municípios arrecadassem o equivalente à carga média de seu grupo e os demais mantivessem seu nível vigente de arrecadação, estima-se um incremento de receita tributária, em nível nacional, da or-

padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da administração tributária do País, possibilitando a disponibilidade desses dados para a pesquisa.

De modo empírico podemos afirmar que as contas declaradas pelos bancos, como tributadas pelo ISSQN, são, tradicionalmente, muito inferiores ao seu potencial, devido às deficiências dos municípios em montar sistemas adequados de acompanhamento e fiscalização e, em parte, pela interpretação que os próprios bancos dão ao fato gerador, taxatividade da lista de serviços, domicílio tributário, dentre outros.

- As atividades dos bancos – principais e acessórias

Termino ressaltando que o objetivo da monografia foi alertar os municípios sobre a necessidade de encontrar soluções para o incremento da arrecadação do ISSQN, tendo em vista os valores cobrados pelos bancos pela prestação de serviços. A título de exemplo cito que, em 2005, a receita de prestação de serviços no Banco Itaú chegou a R\$ 7,7 bilhões e, só no primeiro trimestre de 2006, soma R\$ 679 milhões no Banco do Brasil. A atuação dos municípios nessa atividade deverá ter caráter indutivo e educativo, procurando-se fazer com que os recolhimentos espontâneos sejam regularizados, recuperando-se os créditos devidos dentro dos últimos cinco anos e, com isso, objetivando a justiça tributária.

¹ ARAUJO, Erika Amorim; OLIVEIRA, Paulo André de Souza de. Tributação municipal desigualdades na carga tributária local - 1996. Informe-SF, Rio de Janeiro, n. 15, p.6, jul. 2000.

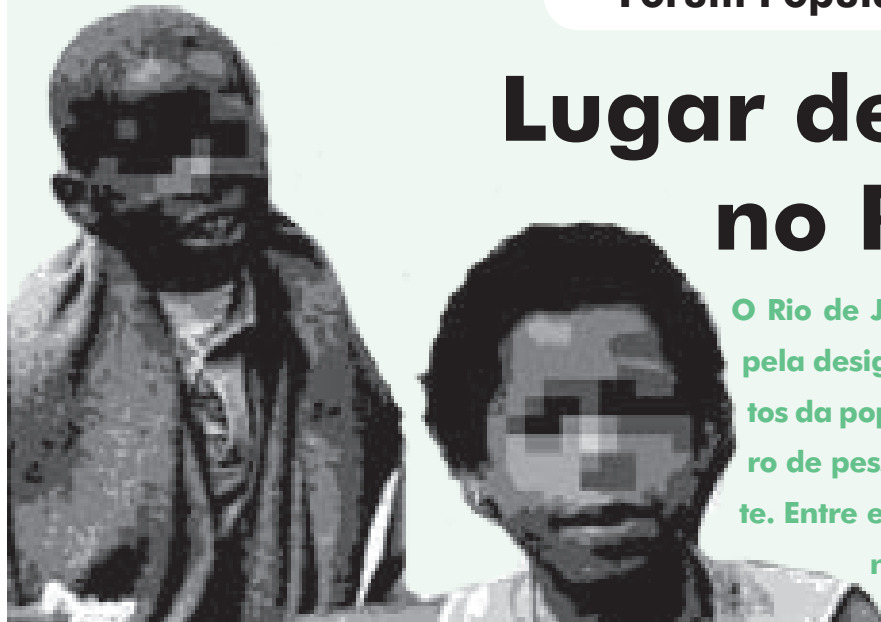
² Resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo, elaborado sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE-Fiscal, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA.

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Lugar de criança, no Rio, é nas ruas



O Rio de Janeiro, como outras grandes cidades brasileiras, é afetado pela desigualdade social, desemprego e extrema pobreza de segmentos da população. Estes fatores vêm gerando um crescimento do número de pessoas morando nas ruas, cada vez mais excluídas, socialmente. Entre elas, o futuro - as crianças. O poder público, por sua vez, ao não promover uma política habitacional e um planejamento urbano adequado acentua ainda mais esta chaga social.

Levantamento feito pela prefeitura e divulgado pela mídia aponta que a cidade tem aproximadamente 1.682 pessoas dormindo nas ruas. Entretanto, este número tão exato pode estar defasado, pois a própria prefeitura admite um aumento de 50% na quantidade de moradores de rua, em 2006. Motivados por estas declarações, levantamos dentro do Orçamento as ações afins.

Em 2004, no Rio, foram gastos com ações voltadas para o atendimento à população de rua R\$ 25.219.419, que representou apenas 32 % dos recursos previstos, sobretudo, pela execução de 19% do Programa de Assentamento Populares (Proap II). Outro destaque negativo é o que foi executado do Programa de Assistência Social para a População de Rua: 6%. Curiosidade: a meta deste programa, em 2004, era o atendimento a 8.862 moradores de rua e o acolhimento 550 de pessoas em abrigos municipais.

Com essa baixa execução a Prefeitura do Rio conseguiu reduzir a

população de rua? A resposta está nas próprias ruas...

Em 2005, houve uma redução nos valores previstos de todos os programas existentes, em 2004, junto com o cancelamento do Programa de Assistência Social à População de Rua. Apesar disso, mesmo com uma previsão menor, o gasto efetivo de R\$ 35.443.133,97 foi maior que o do ano anterior – R\$ 11.373.70,75.

Destacamos que o programa de captação de recursos para a aplicação em Projetos de Desenvolvimento Social, o qual pretendia atender a 300 pessoas, sofreu uma redução significativa em sua dota-

ção (73%). Porém, este programa teve uma restrição de seus objetivos, passando a atender exclusivamente a população de rua.

Programa genérico

Em 2006, o orçamento municipal continha apenas um programa de trabalho com ações voltadas para a população de rua, mesmo assim um programa “genérico”, o Proap II. Ele não é específico desta questão, mas é o único diretamente relacionado a este problema. Também é importante ressaltar que este programa é voltado para o atendimento a crianças e adolescentes. Assim, tem por prioridade o atendimento às crianças de ruas.

Através do Proap II a prefeitura realizou, em 2006, gasto de R\$ 4.123.027,67. A dotação inicial do programa era de R\$ 3 milhões. Assim, o valor executado superou em 37 % o inicialmente previsto. Este aumento nos gastos, contudo, é pouco significativo se comparado ao valor empregado em 2005.

A despeito do admitido aumento de 50% na população de

rua, para 2007, novamente, a única ação prevista é através do mesmo e “genérico” Proap II, com uma dotação simbólica de R\$ 1 mil.

Além da redução significativa dos recursos destinados à população mais carente da cidade, há um outro agravante a ser considerado: a desativação dos centros de recolhimento e recepção de menores do governo estadual.

Para o atendimento aos abrigos municipais, encontramos o programa Manutenção das Unidades da Assistência Social. Em 2006, teve dotação de R\$ 6.630.000,00, tendo sido executados R\$ 4.749.690,32. Para 2007, o programa tem uma dotação inicial de R\$ 3.962.290,00.

Assim, apesar de esperar uma maior demanda em seus abrigos, a prefeitura do Rio, em seu orçamento, reduziu a previsão de gastos com os seus abrigos em cerca 40%.

Mais uma vez volta a questão sobre se o planejamento de gastos da prefeitura com esta demanda social está acompanhando a evolução do problema. Talvez, baste olhar para as ruas.

		Programa de Assist. a Pop. de Rua	PROAP II	Fundo Rio	Aplicação de Convênios	TOTAL
2004	LOA	2.968.308	58.502.056	11.294.363	5.081.180	77.845.907
	Realiz	181.976	11.191.727	10.687.423	3.158.293	25.219.419
2005	LOA	-	42.812.000	8.098.000	1.359.900,00	52.269.900
	Realiz	-	27.099.682	5.251.559	3.091.893,36	35.443.134
2006	LOA	-	3.000.000	-	-	3.000.000
	Realiz	-	4.123.027	-	-	4.123.027
2007	LOA	-	1.000	-	-	1.000
	Realiz	-	-	-	-	-

Fonte: Prestação de contas (2004; 2005; 2006); PLOA 2007

Economistas promovem debate sobre o PAC



O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estará no foco das discussões, em março, nos debates promovidos pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED), Corecon-RJ e o Sindicato dos Economistas, na sede da OAB do Rio de Janeiro.

Os debates serão realizados em duas quartas-feiras. No dia 14, a primeira mesa terá início às 15h, com o tema “Análise técnica do PAC: é o Programa capaz e suficiente para promover crescimento sustentável de 5%?”.

Participam os professores Carlos Eduardo Carvalho, da PUC-SP, Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, e Plínio de Arruda Sampaio Jr., da Unicamp.

Na segunda mesa, que terá início às 18h30, o tema será “Propostas alternativas ao PAC”, participam o presidente do Corecon-RJ e do CED, João Paulo de Almeida Magalhães,

e os professores João Sicsú, da UFRJ, e Marcio Pochmann, da Unicamp.

O debate prossegue no dia 21, das 18h30 às 21h, com o tema “Impactos regionais do PAC”, com a participação da subsecretária de Comércio e Serviço do estado, Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho, e dos economistas Carlos Eduardo Frickmann Young, da UFRJ, e Rodrigo Vieira Ávila, da Auditoria Cidadã da Dívida.

Todos os debates serão realizados no Plenário Celso Fontenele, da OAB do Rio de Janeiro, na avenida Marechal Câmara, 150, 4º andar, no Centro.

III PRÊMIO CORECON-RJ DE JORNALISMO ECONÔMICO 2006



Prêmio de Jornalismo será entregue dia 14

A entrega da premiação aos vencedores do III Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico será no próximo dia 14 de março, às 18h, no Plenário da OAB do Rio de Janeiro, durante o intervalo dos debates sobre o Programa de Aceleração do Crescimento.

Receberão a premiação a jornalista Cássia Almeida, de *O Globo*, autora da reportagem “Contas polêmicas: custo do trabalho em xeque”, publicada em 20 de novembro de 2005 e vencedora do III Prêmio. E também os jornalistas Rogério Lessa, do *Monitor Mercantil*, autor da matéria “Transfu-

são de renda à moda Hood Robin”, publicada em 26 de julho de 2006, segundo colocado, e Júlio César de Freixo Lobo, do jornal *Inverta*, que publicou na edição de 10 a 22 de fevereiro a reportagem “O reajuste do salário mínimo e o seu valor histórico”, menção honrosa.